

Pedro Cezar Dutra Fonseca

Departamento de Ciências Econômicas, UFRGS

NACIONALISMO E ECONOMIA: O SEGUNDO GOVERNO VARGAS

A partir de certo corte analítico, os autores que estudaram o segundo governo Vargas dividem-se em dois grupos. O primeiro enfatiza que o Governo encampava um projeto — o “nacional desenvolvimento” — e o segundo, mesmo que a partir de enfoques diferentes, nega que isto tenha ocorrido. As análises do primeiro grupo antecedem às do segundo, e sustentam que o projeto varguista consistia em encampar um *desenvolvimento nacional autônomo* para o País, expresso na industrialização e sob a liderança da burguesia industrial, em aliança com os trabalhadores e setores da classe média urbana (como a burocracia estatal). Defendem esta tese intelectuais ligados à CEPAL, como Celso Furtado, e ao ISEB, como Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Ignácio Rangel e Cândido Mendes. Subjacente a ela, encontra-se a polaridade entre capitalismo nacional e capitalismo associado, este defendido pelos opositores de Vargas, como o capital estrangeiro e a UDN, aliados aos setores agrários, principalmente os exportadores, que se opunham à industrialização.

A partir dos anos sessenta, vários autores criticaram este enfoque, destacadamente Fernando Henrique Cardoso (1964, 1971, 1980). Eles não se propunham, via de regra, a negar a existência do “nacional desenvolvimentismo” enquanto projeto, ou mesmo como ideologia. Mostraram as razões de sua crise com a internacionalização da economia a partir dos anos cinquenta, e discutiram a ideologia não-nacionalista da burguesia industrial e a postura não de todo anti-industrializante dos setores agrários. Mesclando as análises com as propostas políticas da época, criticavam os equívocos do “nacional-desenvolvimentismo” e

salientavam as razões de sua falência, mas não punham em dúvida a sua existência.

A partir dos anos setenta, uma nova literatura veio enfatizar o contrário: o projeto “nacional-desenvolvimentista” de fato nunca teria existido; fora uma criação ideológica (no sentido de uma ideologia de legitimação do grupo do poder) do Governo, dos intelectuais ou de ambos conjuntamente. Thomas Skidmore (1976, p. 124) ressalta as intenções ortodoxas de Vargas na política de curto prazo, preocupada com o combate à inflação e com os déficits orçamentários e no balanço de pagamentos. Para ele, o Governo fora ambíguo em matéria de economia, acrescentando que só a partir da segunda metade do Governo teria havido uma “virada nacionalista”, quando as tentativas de aproximação com os Estados Unidos mostraram-se infrutíferas.

Essa tese da “virada nacionalista” foi criticada por Lessa & Fiori (1984, p. 593-4, 575-8), para os quais o segundo governo Vargas mostrara-se ortodoxo em matéria de política econômica e não possuía qualquer projeto, muito menos um projeto industrializante. Ressaltam estes autores os pontos comuns entre Vargas e o capital estrangeiro, negando veementemente as interpretações que enfatizam seu nacionalismo. Acompanha a mesma orientação os trabalhos de Maria Celina D’Araújo (1982) e de Sérgio Besserman Vianna (1985). A primeira, privilegiando a esfera política, mostra os compromissos de Vargas com o conservadorismo e com os setores agrários do PSD (Partido Social Democrático). Ela não chega a negar o “nacional-desenvolvimentismo” que teria existido na economia, mas traz à tona novamente a ambigüidade — “progressista economicamente, conservador na política” — e critica as “incoerências” do Governo. Vianna, por seu lado, analisa a política econômica, principalmente a política cambial e as relações externas, e conclui que tanto a composição política conservadora como a sucessão de problemas de “curto prazo” contribuíram para que fossem adotadas políticas econômicas restritivas e ortodoxas, em oposição às intenções industrializantes. Volta à tona, neste sentido, uma clássica questão da historiografia econômica: a dicotomia entre intenções e realizações.

Se é verdade, como enfatizam os últimos autores, que a tese da “virada nacionalista” não se sustenta, e que o entendimento do segundo governo Vargas deve ser construído através de análises que procurem abarcar o período como um todo, tentarei abordar

aqui dois aspectos em que deles divirjo: quanto à ortodoxia da política econômica e no que se refere à inexistência do nacionalismo. Vejamos cada um deles, para fins de exposição, separadamente.

A questão da ortodoxia

A ortodoxia econômica do segundo governo Vargas costuma ser geralmente abordada de dois ângulos: a partir das concepções do presidente e das autoridades econômicas, expressas em discursos e pronunciamentos, e no que se refere à política econômica de fato implementada. Geralmente, ao enfatizar a ortodoxia, os autores que o fazem propõem-se a negar a existência de um projeto industrializante, e mesmo desenvolvimentista. Ortodoxia, portanto, é entendida por eles como antitética ao desenvolvimentismo e à industrialização.

Mas, o que seria de fato ortodoxia em matéria de política econômica? A literatura, via de regra, estabelece os atributos pertinentes do que seria uma política ortodoxa, como que definindo um tipo ideal. Tais atributos são derivados de modelos econômicos e, a partir daí, analisa-se até que ponto os discursos ou a prática do Governo deles se aproximam. Cabe assinalar, portanto, que essa ortodoxia é pensada ahistoricamente. Ao contrário desta postura, procuro argumentar que “ortodoxia” deve ser pensada dentro de um contexto histórico determinado, e sempre tendo em vista o que a define como tal neste contexto — ou seja, em oposição ao que é definido como heterodoxia. Se a ortodoxia se apegua à idéia de conservadorismo ou de aceitação de um conjunto de idéias, dogmas e princípios sem qualquer recuo ou concessão à crítica, a heterodoxia tende a afirmar-se por romper com as visões já elaboradas, geralmente fornecendo alternativas ao pensamento dominante. Dentro desta concepção, o ortodoxo e o heterodoxo não são definidos por atributos prévios, e exige-se concreção histórica: o que era heterodoxo num momento pode deixar de sê-lo em outro contexto, ou mesmo vir a ser absorvido pela ortodoxia.

Dentro deste ponto de vista, não fica difícil perceber que, nos anos cinquenta, a heterodoxia econômica foi liderada pela corrente cepalina (e certamente com apoio de alguns marxistas). Esta representou a aversão ao liberalismo tradicional, defensor das

vantagens comparativas, das finanças sadias e da ausência do Estado de forma atuante em defesa da industrialização. Penso que tanto os discursos de Vargas como a política econômica implementada ao longo de seu segundo Governo convergem para esta heterodoxia: uma heterodoxia, ademais, historicamente determinada. Se nem sempre houve coerência, deve-se procurar as causas disso, e não entender a não-linearidade da política econômica como desvio de um tipo ideal — como se a política econômica devesse sair diretamente dos livros-texto para a prática, sem qualquer mediação, política ou econômica. O real, como sabemos, não é a realização da idéia. Invertendo a questão, caberia indagar por que Vargas, ou sua equipe econômica, foram levados às vezes a um discurso ou à implementação de políticas tidas como ortodoxas, a despeito de suas propostas de industrialização acelerada e dos seus fortes traços desenvolvimentistas?

É certo que, no início do Governo, a equipe econômica e o próprio Vargas pronunciavam-se pela fórmula: “Campos-Rodrigues Alves” —, ou “sanear para depois crescer”. Isto se deveu fundamentalmente à forte crise cambial em que o País então se encontrava, bem como ao crescimento da inflação. A própria fórmula não deixava de mencionar que o fim último era o desenvolvimento, e salientava as dificuldades de levá-lo adiante em um quadro de déficits internos e de estrangulamento externo. As finanças sadias nunca foram um fim em si mesmas, nem na retórica nem na política econômica; haja vista que, mesmo sem ter conseguido o referido saneamento, o Governo não abandonou — antes reforçou — seus ímpetus desenvolvimentistas.

Se é verdade, como afirma Gramsci (1986, p. 186), que a ortodoxia é marcada como sendo uma concepção *integral* de gerir a economia e a política como *bastando-se a si mesma*, nada estava mais longe do que ocorreu no Brasil em 1951 e 1954, a despeito de sua aparente dubiedade. Aceitar a hipótese da ortodoxia equivale a mostrar que o saneamento ter-se-ia tornado o objetivo prioritário do Governo, o qual, em prol deste, teria se afastado das propostas desenvolvimentistas; e, mais do que isso, que o Governo ter-se-ia preocupado apenas com os problemas de inflação e de déficit interno e externo. Há que se entender que estes problemas “de curto prazo” de fato dificultam o crescimento acelerado, e que a última coisa que se poderia pretender é que a classe dirigente fosse quebrar o Estado. O discurso das autoridades mostra que os problemas

de “curto prazo” eram vistos mais como restrições ao crescimento acelerado do que como pretexto para abandoná-lo como objetivo. Era o próprio Vargas que pedia “que o Congresso Nacional ajude, pois, o Poder Executivo a facilitar a ordem e o equilíbrio das finanças, a fim de que se abram para o Brasil novos caminhos de progresso e de expansão econômica”¹.

Mas, os discursos de Vargas permitem detectar como objetivo principal de seu Governo o desenvolvimento econômico *mesmo quando seus pronunciamentos abordam questões de “curto prazo”*. Ao tratar da inflação, do crédito, do balanço de pagamentos, dos gastos públicos e da tributação, suas opiniões muitas vezes afastam-se da ortodoxia, desviando-se das concepções dominantes à época. Não se tratava de “propostas desenvolvimentistas e industrializantes no longo prazo” *versus* “ortodoxas e restritivas no curto prazo”, pois mesmo nestas é visível a heterodoxia. Assim, por exemplo, reiteradas vezes ele negou que houvesse relação entre inflação e oferta monetária, preferindo assumir que a emissão é consequência e não causa:

“Se estabelecermos um cotejo entre os vários aumentos da moeda em circulação e os do custo de vida, verificaremos que não há proporção alguma. O custo de vida aumentou; a moeda em circulação também aumentou. A relação entre os dois fenômenos, porém não é básica.” (Vargas, G. *Op. cit.*).

Desviava-se também da ortodoxia da época ao entender que era pelo aumento da produção, e não pelo corte da demanda agregada, que se deveria combater a inflação. Neste sentido, construía uma visão em que a expansão do crédito contribuía ao mesmo tempo para atender aos fins do desenvolvimento econômico e do combate à inflação. Não havia sentido, então, o governante perguntar-se qual a quantidade de meio circulante compatível com certa inflação, pois a expansão monetária não agia (preferencialmente ou exclusivamente) sobre preços, mas também sobre a própria produção:

“Parece lógico que a solução para o problema não é restringir créditos e, sim, aumentar a nossa produção e riqueza, aumentando, portanto, os bens, as mercadorias, e os serviços. (...)”

¹ Vargas, G. *O Governo Trabalhista do Brasil*, v. 1, p. 362.

Doutrinariamente, esse ponto de vista estaria certo, se não houvesse mais possibilidade de aumento da produção, isto é, se o Brasil tivesse alcançado a saturação econômica. O grande mal de ler certos livros estrangeiros, sem traduzir os problemas, limitando-se à tradução de palavras, reside principalmente nisso". (Vargas, G. *Op. cit.*)

Na política econômica, a busca de fórmulas alternativas visando compatibilizar o crescimento econômico com o saneamento sempre foi o principal objetivo do Governo — independentemente da eficácia das medidas implementadas. O exemplo mais claro ocorreu com o câmbio, pois em 1953 os atrasados comerciais do País alcançavam 700 milhões de dólares. A taxa cambial permanecia fixa desde 1938, e, com a ascensão de Vargas, o regime de concessão de licenças para importar havia passado a funcionar com critérios mais frouxos, atendendo a reivindicações empresariais. Vargas, entretanto, criticava o liberalismo nas importações e as "operações vinculadas", estabelecidas inicialmente com o objetivo de incentivar exportações de determinados bens e permitindo, em contrapartida, importações, inclusive de bens de consumo de difícil acesso através de licenciamentos.

A grave situação de 1953 levou o ministro Osvaldo Aranha a adotar a instrução 70 da SUMOC (9.10.1953). Com ela, evidenciou-se mais uma vez a busca da estabilidade cambial ferindo ao mínimo os compromissos desenvolvimentistas. Ao invés de desvalorizar substancialmente o cruzeiro ou, o que equivaleria em época de escassez de divisas, liberalizar o mercado cambial, o Governo optou por um maior intervencionismo ao restabelecer o monopólio cambial pelo Banco do Brasil e adotar o sistema de leilões de câmbio para importação. Nestes últimos, diferenciaram-se as importações de acordo com sua essencialidade ou seja, segundo sua relevância para a produção industrial ou agrícola. O sistema de taxas múltiplas de câmbio feria ao mínimo os interesses desenvolvimentistas, embora fosse criticado pelos industriais e aplaudido pela ortodoxia (Gudin, Bulhões). A atitude dos empresários industriais (e principalmente dos grandes empresários, com acesso à imprensa e com cargos nos órgãos de representação empresarial) pode ser entendida porque para eles a importação seria mais barata com taxa de câmbio única e sobrevalorizada, com relação a leilões de câmbio. Ou seja: preferiam que a crise cambial

não existisse. O Governo optou por sanear o déficit externo, pensando nos interesses desenvolvimentistas a longo prazo, mesmo que isto contrariasse interesses imediatos. E, ao fazê-lo, procurou minimizar os custos da crise para os próprios industriais, já que classificava os bens de acordo com sua essencialidade. Ao estabelecer esta, o Governo garantia a continuidade do fluxo de importações indispensáveis, embora tornando-as mais caras do que no sistema anterior.

Resta, finalmente, uma última observação. Enquanto boa parte dos autores pretendem testar se o Governo era ortodoxo ou não, comparando sua política econômica (principalmente as políticas monetárias, cambiais e fiscais) com determinado modelo tido como "ortodoxo", é importante verificar que as ações do Governo devem ser analisadas num quadro mais amplo, que vai além do manejo destes instrumentos de curto prazo da política econômica. Este foi o caso, por exemplo, da criação de inúmeros órgãos, institutos e comissões que apontavam não só para o intervencionismo estatal, mas também para os compromissos com os interesses desenvolvimentistas.

Mesmo que alguns tivessem tido uma ação tímida ou aquém da desejada, sua simples criação demonstrava, sem dúvida, uma intencionalidade.

Este foi o caso da criação do BNDE, em 1952, que deveria administrar o Fundo de Reaparelhamento Econômico. Ao longo do segundo governo Vargas foram criadas ainda a Comissão Nacional de Política Agrária, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, a Comissão Nacional de Bem-Estar, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, a Companhia Nacional de Seguros Agrícolas, o Conselho Nacional de Administração de Empréstimos Rurais, o Serviço Social Rural, a Comissão Executiva do Carvão Nacional, o Instituto Nacional do Babaçu, a Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), o Banco do Nordeste, o Banco de Crédito do Amazonas, a Comissão Consultiva de Intercâmbio Comercial com o Exterior (junto à CACEX) e a Comissão de Revisão de Tarifas Aduaneiras.

Alguns outros órgãos modificaram-se ou ampliaram suas funções — como foi o caso da Comissão de Financiamento da Produção e do Conselho Técnico de Economia e Finanças. A SUMOC viu adicionarem-se novas tarefas a seu Conselho, o qual, entre outras coisas, passava a monopolizar a elaboração das políticas cambial e de capital estrangeiro, supervisionando todo o intercâmbio com o exterior. Ao final de 1953, foi extinta a CEXIM e criada a CACEX (Carteira de Comércio Exterior). Isto representava “nacional-desenvolvimentismo”, no qual não há nenhum apego ao mercado como agente para fins de alocação e direcionamento da economia, e que demonstra mais os compromissos e as intenções do Governo que, por exemplo, as hesitações da política monetária ou mesmo as composições políticas conservadoras, necessárias face às forças representadas no Congresso, como se exige no presidencialismo.

O resultado agregado mais importante refletia-se nas taxas de crescimento do produto real. Estas foram, de 1951 a 1954, respectivamente 5,9%, 8,7%, 2,5% e 10,1%. E, especificamente, no setor industrial foram 6,4%, 5,0%, 8,7% e 8,7%. Não havia nada que lembrasse recessão no segundo governo Vargas. Como falar em ortodoxia e abandono dos interesses desenvolvimentistas, à luz deste quadro?

A questão do nacionalismo

Se o projeto “nacional-desenvolvimentista” existiu, cabe indagar por que chamá-lo de nacional. Vargas propunha romper com o capital estrangeiro, no sentido de que seu projeto visava a um desenvolvimento nacional “autônomo”, como setores da época defendiam? Em que sentido o projeto era de fato nacional, e em que medida se pode falar de nacionalismo?

Como se sabe, não é só na literatura que há divergências sobre estas questões; na época, os próprios coevos possuíam percepções opostas a respeito. Os setores exaltados da UDN (União Democrática Nacional) sempre denunciaram Vargas como xenófobo, enquanto o PCB (Partido Comunista Brasileiro) o considerava aliado do imperialismo. Para este último, o discurso com apelos nacionalistas não passava de mera farsa, de um engodo aos trabalhadores.

Assim como a ortodoxia, o nacionalismo não pode ser visto como um tipo ideal, pelo qual caberia ao analista testar até que ponto o Governo dele se aproxima ou se afasta. Cabe, mais uma vez, procurar entendê-lo historicamente. As teses polares pouco ajudam: nem Vargas deflagrou uma guerra anti-imperialista, nem suas desavenças com a UDN e com os liberais eram imotivadas. Seu nacionalismo deve ser entendido sempre em confronto com suas principais forças de oposição (a UDN, a burguesia compradora), ou seja, levando em consideração a correlação de forças políticas que o explicitam, particularizam e lhe emprestam sua razão de ser. Essa postura metodológica parece mais apropriada, por ter presente que nem a tese do “alinhamento automático” nem a do “entreguismo” parecem resistir a uma análise mais cuidadosa.

Cabe mencionar, inicialmente, que, como linguagem o nacionalismo sempre esteve presente nos discursos de Vargas nos anos cinquenta — nisso nada diferindo, por exemplo, do Estado Novo. Discursos apelando à independência econômica e à emancipação nacional, por exemplo, mais que possam parecer vazios, devem possuir sentido histórico (quando não pelo fato que agregava adeptos e afastava adversários, como a UDN). Assim, não resta dúvida de que, a nível de discurso, associava-se o desenvolvimento econômico à autonomia nacional. Ou seja: a existência do “nacional-desenvolvimentismo”, pelo menos como ideologia, parece indiscutível.

Nacionalismo este que jamais significou (como querem os metafísicos do tipo ideal...) uma luta anti-imperialista armada ou um rompimento total com os Estados Unidos, e que portanto só pode ser entendido em seu contexto histórico. E este estava marcado pela Guerra da Coréia e o acirramento do conflito Leste/Oeste — passando os Estados Unidos a exigirem adesão dos países latino-americanos à sua política agressiva. O que estava em questão não era romper com o Bloco Ocidental (algo impensável numa proposta de desenvolvimento capitalista na periferia), mas a *forma* de alinhamento com os Estados Unidos. Não se tratava mais, como no Estado Novo, de aproveitar as desavenças entre nações capitalistas rivais para barganhar, pois a hegemonia norte-americana do pós-guerra era indiscutível. Nesse contexto, propor certa independência da política externa com relação aos Estados Unidos era suficiente para ser considerado “nacionalista” (e, no limite, simpático ao bloco soviético).

A contradição básica do nacionalismo talvez pudesse ser sintetizada (com todos os riscos que as sínteses envolvem) em, de um lado, depender dos investimentos estrangeiros para acelerar e viabilizar o crescimento econômico e, ao mesmo tempo, nem sempre haver coincidência plena de interesses entre este projeto e o dos Estados Unidos. Os discursos nacionalistas mais exaltados, por exemplo, ocorriam criticando a ausência de ajuda norte-americana, o “descaso” deste país com relação aos problemas nacionais: reclamava-se mais a ausência do que a presença do capital estrangeiro. Se isto pode parecer absurdo numa análise lógica, é perfeitamente inteligível do ponto de vista histórico, pois tratava-se do *nacionalismo possível* (e, portanto, do nacionalismo em termos históricos). Possível, pois em se tratando de um projeto de desenvolvimento capitalista, não havia razões para forçar um rompimento com o “Bloco Ocidental”. A própria ideologia “nacional-desenvolvimentista”, aliás, apontava para a convergência entre os “interesses nacionais” e o referido bloco, chamando por inversões externas para incrementar o crescimento econômico e, com isto, amenizar as desigualdades sociais.

A formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ilustra a aproximação e as desavenças entre os dois governos. Nela, técnicos brasileiros e norte-americanos trabalharam na elaboração de diagnóstico da economia brasileira e apresentaram 41 projetos específicos de financiamento. Juntamente com o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, de 1952 (pelo qual os EUA se comprometiam a fornecer equipamentos e o Brasil matérias-primas básicas, como areia monazítica e outros minérios, inclusive os também radioativos), ela demonstra não ter havido qualquer posição xenófoba por parte do governo Vargas, tendo sido inegáveis as tentativas de aproximação. Mas, isto não apaga o outro lado, conflituoso e nem sempre coincidente, das relações e dos interesses de ambos os países.

Em 1951, o ministro João Neves da Fontoura acertou empréstimos com o Banco Mundial de 500 milhões de dólares, dos quais só receberia 63 milhões. O banco dispunha-se a financiar projetos específicos contrariando as expectativas de Vargas, para quem caberia tão-somente ao governo brasileiro alocar os recursos. Os discursos de Vargas, nessa época, alternavam-se entre um tom francamente nacionalista e outro mais moderado, como convinha à política de barganha.

Mas, a partir de meados de 1952, as relações entre os dois países tornaram-se mais difíceis. O início da “Campanha do Petróleo”, com a participação de segmentos militares e, depois, com uma forte mobilização popular, contribuiu para que se acirrassem os ânimos. A eleição do republicano Eisenhower em substituição a Truman também contribuiu para o endurecimento da política norte-americana. Esta passou a exigir dos países latino-americanos uma postura mais próxima do “alinhamento automático”, e desde logo afirmou uma posição contrária à de Vargas, de atribuir à iniciativa privada os empréstimos e financiamentos para o exterior, afastando as negociações de governo a governo.

Vargas reafirmava não desejar romper com os Estados Unidos, mas mostrava a disposição de regulamentar a atuação do capital estrangeiro e a remessa de lucros. As inversões externas deveriam direcionar-se a áreas definidas como prioritárias pelo governo brasileiro, que julgava oportuno diferenciar o tratamento oficial às empresas nacionais e estrangeiras. Não havia razões, por exemplo, para atrair capitais para os ramos de bens de consumo e/ou supérfluos, já que os mesmos deveriam direcionar-se para a exploração da energia elétrica, da indústria química de base e da siderurgia. A “ameaça nacionalista” não dispensava o capital estrangeiro, mas o requeria para ramos e setores que nem sempre eram do interesse norte-americano. O setor de bens de consumo durável, tido como mais atraente e de maiores potencialidades de expansão, contrariava o projeto do governo brasileiro de direcionar os capitais para a infra-estrutura.

Os conflitos não resultaram em rompimento de relações diplomáticas ou comerciais entre os dois países. Como bem demonstra Sérgio Besserman Vianna (1985, p. 108-15), os investimentos privados dos EUA no Brasil destacavam-se no mundo. Entre 1949 e 1954, os investimentos líquidos daquele país no Brasil representaram 53% do total em manufatura na América Latina e 17% do total mundial. Após o Canadá, o Brasil foi o país que mais recebeu investimentos norte-americanos naquela época.

À luz destes fatos, parece incontestável que existiu uma ideologia nacional-desenvolvimentista — ou seja, que o desenvolvimento econômico foi associado, nos discursos, nas idéias, nas manifestações, à independência e à autonomia nacionais. O nacionalismo não expressava uma repulsa ao capital estrangeiro, mas emergia como resposta aos projetos nem sempre coincidentes do

Brasil e dos Estados Unidos. Internamente, manifestava-se na política entre dois blocos que disputavam a hegemonia: o do Governo — intervencionista, simpático às teses cepalinas, pretendendo rumar à industrialização, aos bens de capital e à infraestrutura, e daí o “nacionalismo” —, e o bloco antivarguista liderado pela UDN, mais próximo ao liberalismo e aos interesses financeiros e comerciais vinculados ao comércio exterior.

Visto assim, o nacionalismo não satisfaz exigências do tipo ideal, mas ganha expressão concreta na correlação de forças políticas. Como no Estado Novo, o nacionalismo não significava construir Volta Redonda com exclusividade de capitais nacionais, mesmo com financiamento e tecnologia estrangeiros — a única alternativa tida como viável para construí-la. O “não-nacionalismo” definia-se também no próprio contexto: os empecilhos criados pelos capitais externos para alinharem-se a projeto de tal vulto representavam o mesmo que posicionar-se contra ele. No calor dos debates ideológicos, construía-se no imaginário o “interesse nacional”: quem não se alinhasse era tido como contrário à industrialização, ou seja, avesso às mudanças em curso, adepto da “vocação agrária” do país, “entreguista”, etc.

Como na maioria dos países em que tomou vulto, também no Brasil o nacionalismo foi uma importante ideologia de coesão nacional. Mas, nunca excluiu o desenvolvimento associado ao capital estrangeiro. A política de barganha supunha, em si, aproxima o e conflito, e teve lugar justamente nos países latino-americanos de industrializa o acelerada, num contexto de mudanças profundas na ordem econômica internacional, quando agonizava a antiga ordem econômica, de supremacia britânica, e quando as possibilidades de industrializa o na periferia eram menores.

Mas, a sua peculiaridade e os seus limites enquanto ideologia não residiam exatamente em opor-se ao *velho*, mas em não explicitar toda a complexidade do *novo*. A divisão do trabalho emergente ainda permanecia como “divisão” — ou seja, redefinia tarefas, papéis e possibilidades para as economias latino-americanas, alterando a *forma* de sua inser o na economia capitalista mundial. Se explicitasse o sentido do novo — outra forma de integra o — o nacionalismo deixaria de ser nacionalismo (e apareceria como seu oposto, “internacionalismo”).

O “nacional-desenvolvimentismo” supunha o capitalismo, mas o omitia. Grande parte de sua força como ideologia vinha da

amplifica o dos conflitos com os interesses externos, apagando os laços em comum. O discurso revelava as contradi oes, mas não a unidade. Daí ser um objeto de análise sempre sujeito   pol mica, quando não pelo simples fato de sua resultante histórica apontar para a constru o de seu oposto: a maior internacionaliza o da economia.

Referências bibliográficas

- Cardoso, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econ mico do Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964.
- _____. *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- _____. *As Idéias em seu Lugar: Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- D’Araujo, Maria Celina Soares. *O Segundo Governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Draibe, S nia. *Rumos e Metamorfoses*. São Paulo, FFLC/USP, 1980. Tese de doutorado (datilografada).
- Fonseca, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: O Capitalismo em Constru o*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- Gramsci, Ant nio. *Concep o Dialética da História*. 6  ed., Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1986.
- Lessa, Carlos & Fiori, José Luiz. “Houve uma política nacional-populista?”. *XII Encontro Nacional da ANPEC*. São Paulo: ANPEC, 1984.
- Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5  ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- Vargas, Getúlio. *O Governo Trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952, 1954, 1969. 4 v.
- Vianna, Sérgio Besserman. *A Política Econ mica do Segundo Governo Vargas*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1985. Disserta o de mestrado (datilografada).